Plano Nacional de Educação

21 ESPECIALISTAS ANALISAM AS METAS PARA 2024

ORGANIZAÇÃO
CANAL FUTURA
INSTITUTO AYRTON SENNA

FundaçãoSantillana

Plano Nacional de Educação

21 ESPECIALISTAS ANALISAM AS METAS PARA 2024

ORGANIZAÇÃO
CANAL FUTURA
INSTITUTO AYRTON SENNA

Fundação**Santillana**

ORGANIZAÇÃO
Fundação Roberto Marinho
Canal Futura

Gerente Geral
Lúcia Araújo

Gerente Adjunto
João Alegria

Gerente de Mobilização e Articulação Comunitária
Ana Paula Brandão

Gerente de Conteúdo e Mídias Digitais
Débora Garcia

Gerente de Desenvolvimento Institucional
Mônica Pinto

Gerente de Produção e Ativos
Vanessa Jardim

Coordenador do Núcleo de Jornalismo
José Brito

Entrevistas
Antônio Gois

PARCERIA
Instituto Ayrton Senna

Presidente
Viviane Senna

Diretora de Branding
Bianca Senna

Diretor Corporativo
Marcello Tafner

Diretor de Negócios
Marco Crespo

Diretor de Articulação e Inovação
Mozart Neves Ramos

Economista-chefe
Ricardo Paes de Barros

Diretora do eduLab21
Tatiana Filgueiras

PRODUÇÃO EDITORIAL
Fundação Santillana
Editora Moderna
Diretoria de Relações Institucionais
Luciano Monteiro e Edmar Cesar Falleiros Diogo

Coordenação da Produção Editorial
Ana Luisa Astiz

Edição
Sibelle Pedral e Ana Luisa Astiz

Revisão
Ana Tereza Clemente e Juliana Caldas

Projeto Gráfico
Paula Astiz

Editoração Eletrônica
Laura Lotufo / Paula Astiz Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano Nacional de Educação : 21 especialistas analisam as metas para 2024 / organização Canal Futura, Instituto Ayrton Senna. — São Paulo : Fundação Santillana : Moderna, 2015.

Vários autores

1. Educação – Brasil 2. Educação – Finalidades e objetivos 3. Entrevistas 4. Gestão educacional 5. Plano Nacional de Educação (Brasil) 6. Política educacional I. Canal Futura. II. Instituto Ayrton Senna.

15-07799 CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Plano Nacional de Educação 370.981

Apresentação

ANTÔNIO GOIS
Jornalista e consultor de Educação do canal Futura

Quem acompanhou a mobilização da sociedade em torno dos Planos Nacionais de Educação (PNEs) desta década e da passada pode facilmente testemunhar: o aprovado em 2014, para vigorar até 2024, nasceu muito mais forte e relevante do que seu antecessor. As diretrizes aprovadas em 2001 foram praticamente ignoradas em seus dez anos de vigência. Como resultado, a maioria de suas metas não foi alcançada, sem maiores consequências.

Não é possível garantir que com o atual PNE a história seja diferente. É inegável, porém, que ele recebeu mais atenção da sociedade civil, sendo capaz de unir movimentos significativos do setor, entre os quais se destacam o Todos Pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O atual PNE não é o plano perfeito, mas foi o possível. Nem todas as suas metas ou estratégias são consensuais, mas foram frutos de debates intensos e de acordos entre diferentes setores, o que permitiu chegar a um texto capaz de mobilizar o maior número possível de atores expressivos no meio educacional. Talvez por isso tenha demorado mais tempo a ser aprovado no Congresso Nacional. Ele é hoje, portanto, o mais próximo que temos de uma política de Estado, com capacidade (tomara) de resistir à troca de poder político nos níveis municipal, estadual e federal.

Como qualquer plano de metas, o PNE não nasce pronto. Para virar realidade e não repetir o destino do plano da década passada, é preciso que a sociedade acompanhe e cobre, diariamente, sua execução. É necessário, em outras palavras, que pais, alunos, professores e cidadãos se apropriem dele. Que esta publicação – orga-

nizada pela Fundação Roberto Marinho com o apoio da Fundação Santillana e da editora Moderna e originada a partir de uma série de entrevistas no canal Futura em parceria com o Instituto Ayrton Senna – seja mais um instrumento para empoderar cada um desses atores na árdua tarefa que teremos pela frente.

Aumento da oferta no Ensino Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

ENTREVISTA DE SIMON SCHWARTZMAN

Doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

ANTÔNIO GOIS (AG): A meta 12 trata de duas questões: da taxa bruta e da taxa líquida de matrícula no Ensino Superior[1]. Minha pergunta: essas metas são viáveis?

SIMON SCHWARTZMAN (SS): Depende de como o sistema crescer. No Brasil, nos últimos anos, novas modalidades de ensino apareceram. O ensino a distância, o ensino de curta duração, os cursos tecnológicos, de 2, 3 anos. Isso permite formar mais gente, em maior quantidade e até em menos tempo. É possível se aproximar mais da meta na medida em que se entenda que a população do Ensino Superior não é só o jovem que termina o Ensino Médio tradicional e vai fazer um curso universitário tradicional. Existe uma população muito grande que vai buscar a Educação Superior em diferentes modalidades. A meta bruta, hoje em torno dos

1. No caso da taxa bruta, a conta é feita comparando o total de alunos no Ensino Superior, independentemente de sua idade, com o total da população de 18 a 24 anos. No caso da taxa líquida, são considerados na conta apenas os universitários de 18 a 24 anos em relação ao total da população nessa faixa etária.

30%, pode crescer. A meta líquida, ligada ao grupo de jovens que saem da universidade, tem uma limitação difícil de superar: a má qualidade do Ensino Médio. Hoje em dia, há relativamente pouca gente se formando no Ensino Médio com qualificação suficiente para entrar imediatamente no Ensino Superior. Principalmente no nosso modelo, em que o Ensino Superior destina-se ao jovem recém-saído da escola média.

AG: A taxa líquida está hoje em torno de 15%. A meta é atingir 33%, ou seja, mais do dobro do percentual atual. O problema não está na oferta de vagas, mas sim em formar mais jovens aptos e qualificados a entrar no Ensino Superior?

SS: O setor privado cresceu muito e hoje em dia atende a 75% das matrículas do Ensino Superior. Esse setor tem capacidade de responder se houver maior demanda, dependendo, claro, de financiamento. A grande limitação é que o Ensino Médio está formando pouca gente, relativamente, e formando muito mal. Esse é o principal obstáculo.

AG: Houve um crescimento muito grande no financiamento estudantil, em programas como o Prouni e o Fies. Em algumas instituições particulares, mais da metade dos alunos têm bolsas do governo via Prouni ou via Fies. Esse modelo está perto do esgotamento? Há como crescer mais com o financiamento estatal? Ou deve-se buscar outros modelos?

SS: O Fies, teoricamente pelo menos, não é um financiamento, é um empréstimo. Se funcionar bem como empréstimo, não tem custos, porque o dinheiro será devolvido. A dúvida é se realmente as pessoas vão pagar. Se não pagarem, cria-se um limite, porque o governo não pode aumentar indefinidamente seu custo nesse programa. O Fies é muito maior do que o Prouni, que é relativamente pequeno; o grande sistema de financiamento são os empréstimos. Há também o problema de falta de controle. As instituições recebem o dinheiro, fazem disso um grande negócio e não têm que prestar contas da qualidade. Pessoalmente, não acho errado haver uma empresa privada que faça um bom serviço de Educação e cobre por isso, mas deve haver acompanhamento. Se o governo está colocando recursos, é preciso checar se a qualidade é boa, se as pessoas estão conseguindo bons empregos etc. Os

Estados Unidos têm uma experiência grande nesse assunto e recentemente andaram cortando financiamentos. Lá, há um critério muito interessante: eles verificam se os alunos formados de fato conseguem empregos com remuneração para pagar o empréstimo. Se a faculdade não mostrar que os alunos formados são capazes de conseguir um emprego para quitar o empréstimo, o financiamento é cortado. No Brasil, não temos dados sobre o que acontece com o aluno depois de formado.

AG: Em relação à questão da qualidade, um professor[2] tem uma pergunta a fazer.

PROFESSOR: Minha pergunta é: como o governo federal fiscalizará a entrega dos recursos para as instituições e verificar o resultado do investimento e a qualidade do ensino?

SS: Eu acho que é uma pergunta essencial. Nós temos no Brasil um sistema muito complicado de avaliação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Apesar de mobilizar muitos recursos, esse sistema pune algumas instituições extremadamente ruins do setor privado e não tem efeito sobre o setor público, que é muito caro. Acho que é preciso repensar o que está acontecendo com esse sistema. Um critério simples, que eu já mencionei, é buscar a informação do que ocorre com a pessoa depois de formada. Acredito na necessidade de rever o atual sistema de avaliação e, inclusive, avaliar o setor público. O setor público hoje em dia no Brasil cobre mais ou menos 25% das matrículas, mas é muito mais caro que o setor privado, por estudante. O sistema de avaliação não tem nenhum efeito sobre o sistema público. As instituições públicas podem estar muito bem, mais ou menos, ou mal nas avaliações, e nada acontece.

AG: Avaliar um setor homogêneo já é difícil. Um setor heterogêneo e que tende a ficar cada vez mais diversificado, com educação a distância e outros modelos de Educação Superior, é um desafio ainda maior. O senhor citou uma das questões que podem ser, talvez, aplicadas a todos: avaliar o que acontece com esse jovem ao final do curso. Há como ter uma avaliação ou como comparar nichos tão diferentes?

2. Nome não disponível.

SS: O modelo de avaliação no Brasil supõe haver um modelo só, o modelo da universidade tradicional. Quando há muito crescimento, é preciso criar vários modelos e, quem sabe, vários temas de avaliação separados. Poderia haver até agências diferentes fazendo isso. Não faz sentido avaliar da mesma forma um curso a distância que está formando profissionais de nível até superior, mas não muito qualificados, e um sistema mais clássico que está formando especialistas, doutores, enfim, profissionais muito especializados. O fundamental é informar ao estudante em qual tipo de curso ele vai entrar. Ele entra num curso dizendo "eu quero ser médico, eu quero ser engenheiro, eu quero ser advogado", mas não sabe se aquela instituição vai lhe dar a qualificação que ele espera ter.

AG: A meta fala em matrícula de alunos, mas sabemos que isso não é garantia de que ele irá concluir o curso. Muitos abandonam antes. Quais devem ser as estratégias para este problema?

SS: Há várias coisas a fazer. Uma delas é tentar informar a sociedade, os alunos, quais as chances que eles têm de se formarem naquele curso. Tem que ter também um processo de seleção adequado, para admitir pessoas que sejam realmente capazes de, uma vez entrando, terminarem o curso. Pode-se ainda criar um sistema para estudantes que necessitem de um apoio adicional, financeiro, para completar o curso. Mas não deve ser um sistema totalmente financiado, gratuito, porque, nesse caso, não há custo para o estudante, mas há para o governo, seja no setor público, com financiamento direto, seja no setor privado, com um empréstimo de longuíssimo prazo. Se o aluno for responsável de fato por pelo menos uma parte dos custos, ele vai pensar duas vezes se vale a pena ou não fazer esse investimento.

AG: Desde a década de 1990, tem havido um crescimento muito forte nas matrículas do setor privado. A meta sinaliza um desejo de o plano aumentar a participação do setor público. O senhor acha que esse é um caminho viável ou é melhor apostar em qualificar de modo mais eficaz o setor privado?

SS: Eu acho que o setor público está aí, vai continuar existindo e precisa funcionar melhor. De novo, temos de pensar nas diferentes funções que o setor público desempenha. Ele não é só a uni-

versidade tradicional. Cada vez mais o setor público está abrindo espaço para o ensino noturno, ensino a distância, ensino de curta duração. Assim, ele pode crescer, desde que com mais clareza sobre qual é o seu papel e qual é a sua função. Não se pode esquecer que o setor público, no atual formato, é muito caro, porque supõe que o professor está fazendo pesquisa. Os professores na quase totalidade recebem por tempo integral, mas não trabalham em tempo integral. A pesquisa está concentrada em poucas universidades.

AG: O total de universitários no Brasil ainda é muito pequeno. Logo, isso significa que o Ensino Superior ainda é muito elitizado. Nos últimos anos houve mudanças, com ações afirmativas. Como o senhor vê essa questão da diversidade do acesso ao Ensino Superior? Como ampliar o acesso ao Ensino Superior entre as populações pobres e os grupos minoritários?

SS: O acesso tem aumentado muito nos últimos anos e não é por causa da ação afirmativa, até porque a ação afirmativa hoje em dia existe no setor público, que responde apenas por 25% das matrículas. Agora, como o sistema todo está se expandindo, mais gente está entrando. Na medida em que se abre o sistema, na medida em que se oferecem diferentes tipos de formação para tipos diferentes de pessoas na sociedade, mais oportunidades são oferecidas.

AG: Mesmo com a ampliação do Ensino Superior, ainda há grandes diferenças no acesso dos alunos por curso. Alguns continuam muito elitizados, caso de medicina e odontologia, enquanto outros estão atendendo mais alunos pobres, caso das licenciaturas. Como equalizar isso?

SS: Aí esbarra-se no problema da má qualidade da Educação Média. A Educação Média não é somente de má qualidade, mas é muito socialmente estratificada. As famílias mais ricas, que podem colocar os filhos numa escola mais cara, dão melhor qualificação, que facilita o acesso à universidade. As famílias mais pobres não conseguem isso, e o filho faz um curso superior ruim ou não consegue entrar na faculdade. Se os mais pobres puderem entrar, têm que receber o apoio necessário, seja financeiro, seja pedagógico. Acho que pode haver ações afirmativas para remediar a situação. Basicamente, porém, esbarra-se de novo no problema do Ensino

Médio. Se houvesse um Ensino Médio de melhor qualidade, que fosse mais igualitário e discriminasse menos as pessoas do ponto de vista da sua formação anterior, haveria mais equidade no acesso ao Ensino Superior.